



# CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

## GV16 ANALISTA DE GESTÃO – ADVOGADO

CADERNO 1  
GABARITO 1  
APLICAÇÃO TARDE

Aplicação: 07/Fevereiro

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo de preenchimento do **cartão de respostas**.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado do processo seletivo.
- 3 - Os três últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - NÃO Poderá levar o caderno de questões.

### INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este caderno de perguntas, que contém **60** questões objetivas, está completo.
- 2 - Confira se seus dados e o cargo escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o fiscal. Terminada a conferência, você deve assinar o cartão de respostas no espaço apropriado.
- 3 - Verifique se o número do Gabarito e do Caderno de Perguntas é o mesmo.
- 4 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 5 - Para cada questão objetiva são apresentadas cinco alternativas de respostas, apenas uma das quais está correta. Você deve assinalar essa alternativa de modo contínuo e denso.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.

### AGENDA

- 08/02/2010, divulgação do gabarito da Prova objetiva:  
<http://concursos.biorio.org.br>
- 09 e 10/02/2010, recursos contra o gabarito da Prova Objetiva na Internet:  
<http://concursos.biorio.org.br> até as 17h
- 24/02/2010, divulgação do resultado da análise dos recursos da Prova Objetiva.

#### Informações:

Tel: 21 3525-2480 das 9 às 18h

Internet:

<http://concursos.biorio.org.br>

E-mail:

[trensurb2009@biorio.org.br](mailto:trensurb2009@biorio.org.br)

Posto de Atendimento:

Av. Ipiranga nº 1.090 (Colégio Estadual Protásio Alves)

9h às 12h e das 13h30min às 17h





**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Jornalismo: profissão específica ou atividade geral?**

O que diferencia uma profissão de uma atividade geral? Esta não tem contornos nítidos ou precisos. Pode constituir-se de tarefas as mais diversas, todas relativamente simples. Para realizá-las, quase nunca é necessário um conhecimento mais aprofundado. Seu perfil impreciso permite que praticamente qualquer pessoa possa exercer uma atividade geral. Basta-lhe algum atributo físico ou mental, um pouco de prática, "um certo jeito para a coisa". Nessa constatação, não há menoscabo de sua relevância e nem diminuição da dignidade do trabalho exercido.

Uma profissão é diferente. Geralmente tem raízes em antigas atividades gerais que foram se especializando, com inúmeras tarefas, algumas mais simples, outras mais complicadas. Uma profissão caracteriza-se, fundamentalmente, por constituir um sistema articulado de funções específicas, complexas e complementares entre si. Por isso, sempre exige algum tipo de formação básica, preliminar ao seu exercício. Treinamento e prática são essenciais para complementar a formação; mas esta é indispensável. Atributos pessoais podem contribuir para formar um profissional melhor; mas essas qualidades não prescindem da formação. Há exceções, mas estamos tratando da regra geral.

As sociedades modernas desenvolveram sistemas formais de formação geral e específica em diversos graus e níveis, incumbidos de dar o preparo básico para o exercício de inúmeras profissões. Ao dar esse preparo, o sistema também dá um sinal, uma prova pública de que o preparo foi dado. Esse sinal é chamado de certificado ou diploma, e indica o grau e o nível da formação regular conferida.

Entre as antigas atividades gerais que foram se transformando em profissões específicas está a de jornalismo. Na sua essência, o jornalismo trata da informação. É uma profissão constituída de funções que se destinam a planejar e obter informações do mundo real - físico ou social -, organizar, estruturar e hierarquizar essas informações, explicá-las, analisá-las e interpretá-las, e apresentá-las e difundi-las através de diversos processos, utilizando-se de meios impressos, auditivos, visuais, geralmente combinados entre si.

Não é uma atividade geral, que qualquer um possa fazer. É um processo específico e complexo e que, por isso, exige formação especializada. A tendência histórica provável é que essa especialização aumente: cresce a complexidade tanto do mundo social e físico, que constitui o conteúdo das informações, quanto dos métodos de obtenção, registro e difusão das informações. Por isso modernamente o jornalismo necessita de formação especializada de nível superior; por isso é que surgiram, no interior dos sistemas escolares universitários, os cursos de jornalismo e seus diplomas. Não se trata de um "direito" dos formandos. Trata-se do direito de a sociedade exigir do profissional a prova da sua formação regular, escolar e superior específica.

Supor que outra formação não específica seja igual à de jornalismo significa negar o jornalismo como profissão específica e entendê-lo como atividade geral.

É claro que isso não tem nada a ver com o direito de ter e emitir opiniões. A essência do jornalismo é a informação. O direito de ter e difundir opiniões não é característica nem específica e nem exclusiva do jornalismo. Abarca um campo muito mais vasto, que é o da própria sociedade e do grau de democracia que ela comporta. Um jornal, uma revista, uma programação de rádio ou televisão, contém, além de jornalismo, muitas outras coisas, inclusive opiniões.

Qualquer pessoa deveria ser inteiramente livre para ter e difundir opiniões. Para isso, não precisa de diploma, certificado, sinal ou prova pública, requisito escolar, documento formal ou coisa alguma. Opinião por opinião, a de um bóia-fria analfabeto é tão legítima quanto a de um doutor em Filosofia ou Ciência Política. No Brasil, os meios de comunicação - jornais, revistas, rádios e TVs -, na sua imensa maioria, são propriedade ou do Estado ou de empresários privados. São esses proprietários que podem ou não, nesse sistema, autorizar a divulgação de opiniões em seus veículos. Isso nada tem a ver com jornalismo ou diploma de jornalismo. Nem o diploma de jornalismo, nem a regulamentação da profissão de jornalista impedem ou sequer dificultam o direito de qualquer um emitir e difundir opiniões. É o regime de propriedade dos meios de comunicação que tem a ver com a liberdade e o direito de divulgar opiniões.

Palhaços, idiotas e picaretas, isso os há em qualquer profissão, ou atividade, com ou sem diploma, entre empregados e entre patrões, dentro e fora da academia. E de muitos deles é o reino dos céus, tanto no céu quanto na terra.

(Adaptado de ABRAMO, Perseu. [www2.fpa.org/portal/module/news/article](http://www2.fpa.org/portal/module/news/article))

**01** - No texto, a diferença entre uma atividade geral e uma profissão reside no caráter:

- (A) Libertário da segunda em oposição ao conservador da primeira;
- (B) Dispensável primeira em oposição ao essencial da segunda;
- (C) Impreciso da primeira em oposição ao sistemático da segunda;
- (D) Amadorístico da segunda em oposição ao acadêmico da primeira;
- (E) Institucional da primeira em oposição ao marginal da segunda.

**02** - Da leitura do penúltimo parágrafo depreende-se que:

- (A) Escolarização superior é pressuposto para o exercício do amplo direito de opinar;
- (B) Regulamentação do jornalismo é meio de coibir a difusão de opiniões indevidas;
- (C) Legitimidade de opinião não se restringe, mas é o diploma que garante direito à difusão;
- (D) Exercício de opinião é direito exclusivamente garantido a poucos;
- (E) Emissão de opinião é direito irrestrito, mas o acesso à difusão é controlado.

**03** - A *regra geral* referida no segundo parágrafo está adequadamente proposta em:

- (A) Qualquer pessoa jeitosa pode ser jornalista, mesmo que não tenha prática;
- (B) Treinamento, prática e atributos pessoais não substituem a formação acadêmica;
- (C) A prática e o treinamento podem valer por um curso superior não concluído;
- (D) Atributos pessoais garantem a formação de um profissional prático;
- (E) Um bom jornalista deve ter atributos pessoais, formação e prática.

**04** - No texto, o vocábulo *diplomas* (L.50) relaciona-se sinonimicamente a:

- (A) *prova* (L.51);
- (B) *informação* (L.57);
- (C) *liberdade* (L.79);
- (D) *registro* (L.45);
- (E) *difusão* (L.46).

**05** - A figura de linguagem que expressa a intenção do articulista no último parágrafo do texto é:

- (A) Sinestesia;
- (B) Ironia;
- (C) Personificação;
- (D) Pleonismo;
- (E) Apóstrofe.

**06** - Considere as afirmativas:

- I - A regulamentação da profissão garante à sociedade o exercício ético do jornalismo.
- II - A formação preliminar é decorrente da natureza complexa do jornalismo.
- III - Atividades opinativas são, por definição, a razão de ser do jornalismo.

De acordo com o texto, é correto o que se afirma apenas em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

**07** - A expressão *atividades gerais* só **NÃO** é retomada pelo pronome:

- (A) *Esta* (L.1);
- (B) *seu* (L.5);
- (C) *lhe* (L.6);
- (D) *sua* (L.9);
- (E) *que* (L.12).

**08** - Na frase *Basta-lhe algum atributo físico ou mental*, a regência do verbo bastar é a mesma de:

- (A) A sociedade respeita a quem exerce a profissão eticamente;
- (B) Convém debater a ideia da obrigatoriedade do diploma de jornalismo;
- (C) O texto se organiza de forma clara e objetiva;
- (D) Exige-se atitude ética a todos os profissionais de imprensa;
- (E) Busca-se profissional experiente na área de jornalismo.

**09** - O termo sublinhado tem função adjetiva em:

- (A) Divulgação de notícia;
- (B) Complexidade do mundo;
- (C) Direito de propriedade;
- (D) Formação do profissional;
- (E) Diploma de jornalismo.

**10** - A frase *Há exceções, mas estamos tratando da regra geral* está de acordo com as regras de concordância verbal do padrão escrito culto. Isso **NÃO** ocorre no item:

- (A) Nas redações, existem jornalistas especializados em todas as áreas;
- (B) Sem dúvida, devem haver meios de solucionar o impasse criado;
- (C) No artigo em análise, trata-se de questões referentes ao jornalismo;
- (D) Faz meses que o texto foi publicado em jornal de grande circulação;
- (E) Sempre haverá de existir opiniões contrárias às veiculadas nos editoriais.

**11** - Mantendo o sentido do texto, a palavra *menoscabo* (L.9) pode ser substituída por:

- (A) Desconfiança;
- (B) Desvantagem;
- (C) Depreciação;
- (D) Desperdício;
- (E) Demagogia.

**12** - O acento indicativo de crase foi corretamente empregado apenas em:

- (A) Ninguém dá importância às reclamações;
- (B) Aquela loja não vende à prazo;
- (C) Dirigi-me às pessoas que pareciam espertas;
- (D) Não se referia àquilo que gerou a polêmica;
- (E) Os estudantes dispuseram-se à colaborar.

**13** - Considerando o trecho iniciado por *A tendência histórica* e terminado por *difusão das informações* (L.42/46), os dois pontos poderiam ser perfeitamente substituídos pela conjunção:

- (A) Entretanto;
- (B) Logo;
- (C) Pois;
- (D) Embora;
- (E) Mal.

**14** - A alternativa que **CONTRARIA** a colocação pronominal exigida ao padrão escrito culto é:

- (A) O público a quem se destina a reportagem é leigo em medicina;
- (B) Dever-se-ia discutir esse tema o mais amplamente possível na universidade;
- (C) Seu editor, que é experiente, foi-se tomando de fúria ao ouvir tal disparate;
- (D) Não espera-se unanimidade de opiniões a respeito deste tema;
- (E) O colunista vai enviar-lhe os textos no início da semana.

**15** - A alternativa que mantém a correção gramatical e o sentido original da frase *Qualquer pessoa deveria ser inteiramente livre para ter e difundir opiniões* é:

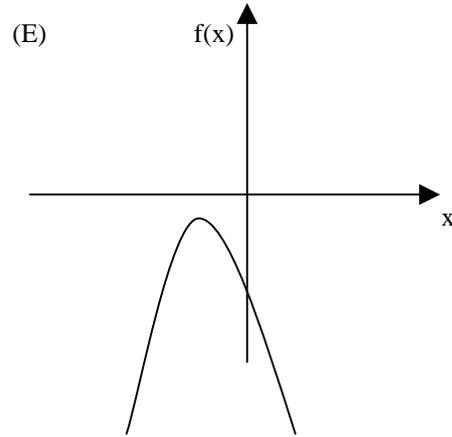
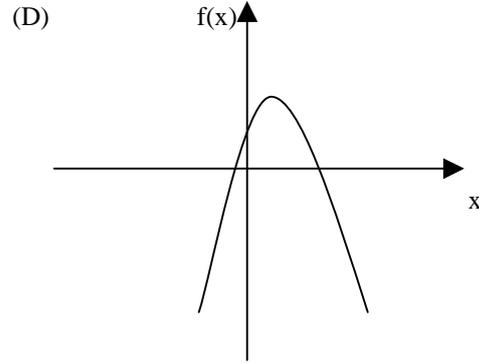
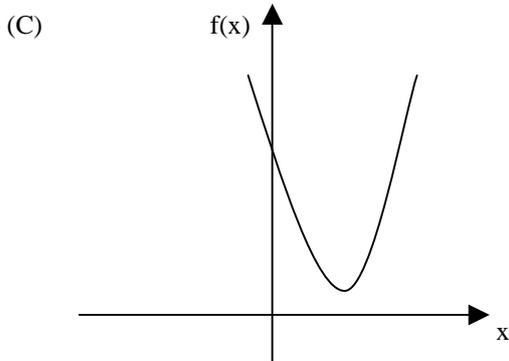
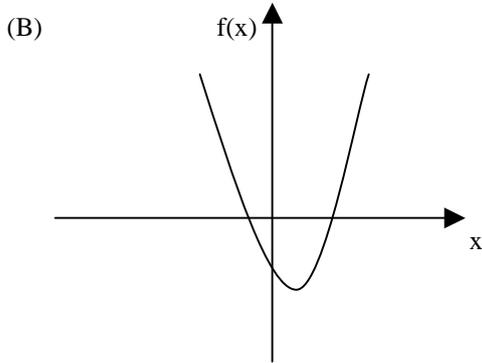
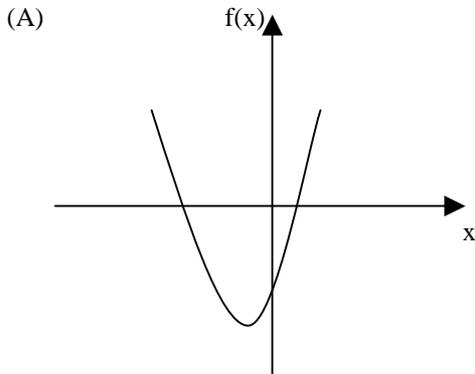
- (A) Qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir opiniões inteiramente;
- (B) Qualquer pessoa deveria ser livre inteiramente para ter e difundir opiniões;
- (C) Inteiramente qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir opiniões;
- (D) Qualquer pessoa inteiramente deveria ser livre para ter e difundir opiniões;
- (E) Qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir inteiramente opiniões.

**MATEMÁTICA**

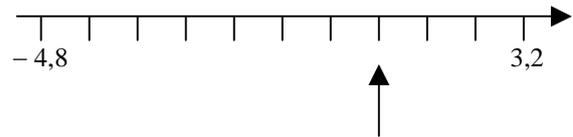
16 - O resultado de  $5\sqrt{0,1}\sqrt{0,9}$  é:

- (A) 0,045
- (B) 1,5
- (C) 3,0
- (D) 4,5
- (E) 15,0

17 - O gráfico da função  $f(x) = x^2 + 4x - 5$  é melhor representado por:



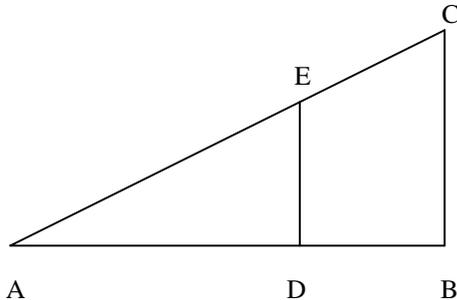
18 - Observe o segmento da reta numérica a seguir.



O número indicado pela seta é o:

- (A) 0
- (B) 0,8
- (C) 1,2
- (D) 1,4
- (E) 1,6

**19** - Na figura a seguir o triângulo ABC é retângulo e o segmento DE é paralelo ao lado BC. A distância do ponto D ao ponto A é o dobro da distância do ponto D ao ponto B.



A área do trapézio DBCE é aproximadamente igual à seguinte porcentagem da área do triângulo ABC:

- (A) 36,6%
- (B) 50,0%
- (C) 55,6%
- (D) 66,7%
- (E) 77,8%

**20** - Numa sala estão reunidos cinco técnicos e cinco engenheiros. Se duas pessoas distintas desse grupo são escolhidas ao acaso, a probabilidade de que ambos sejam técnicos é igual a:

- (A)  $1/10$
- (B)  $2/9$
- (C)  $1/3$
- (D)  $1/2$
- (E)  $2/3$

**21** - O preço de um produto sofreu um aumento de 15% num certo mês do ano passado. No início deste ano, com as boas vendas, o comerciante resolveu diminuir em 10% o preço praticado. Nesse caso, o preço inicial, antes do aumento, em relação ao preço final, após a redução, sofreu um aumento de:

- (A) 2,0%
- (B) 2,5%
- (C) 3,0%
- (D) 3,5%
- (E) 5,0%

**22** - Seis amigos, três homens e três mulheres, devem sentar-se em seis cadeiras dispostas lado a lado em uma fileira de um cinema. O número de modos diferentes de as seis pessoas sentarem nesses seis lugares de modo que nem dois homens nem duas mulheres sentem lado a lado é igual a:

- (A) 12
- (B) 24
- (C) 36
- (D) 64
- (E) 72

**23** - Os dados a seguir são as idades de dez pessoas:

32 35 27 56 42 19 21 23 54 21

A média e a mediana dessas idades são, respectivamente:

- (A) 33 e 30,5
- (B) 34 e 36,5
- (C) 32 e 38,5
- (D) 33 e 29,5
- (E) 32 e 31,5

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**24** - “Neste início de ano eleitoral, a oposição tenta derrubar a Medida Provisória 477, de 2009, que destina mais recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PSDB ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal para contestar a MP. A medida, publicada no Diário Oficial da União no penúltimo dia do ano passado, concede crédito extraordinário de R\$ 18,19 bilhões e beneficiará especialmente obras do PAC, comandadas pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, pré-candidata à sucessão presidencial.”

(adap. de Valor Econômico *on line*, em 07.01.2010)

A Emenda Constitucional nº 32/2001 consagrou a absoluta vedação à edição de medidas provisórias relativas a:

- I - partidos políticos e direito eleitoral;
- II - nacionalidade e cidadania;
- III - instituição ou majoração de impostos;
- IV - direito processual penal e processual civil;
- V - abertura de crédito extraordinário e direitos políticos.

Estão corretas, apenas, as assertivas:

- (A) I e II;
- (B) III e V;
- (C) I, II e IV;
- (D) I, II, III e IV;
- (E) I, II, IV e V.

**25** - São características dos direitos e garantias fundamentais, EXCETO:

- (A) historicidade;
- (B) relatividade;
- (C) ilimitabilidade;
- (D) concorrência;
- (E) cumulatividade.

**26** - De acordo com a Constituição Federal/88, aplicam-se expressamente aos servidores ocupantes de cargo público os seguintes direitos sociais:

- (A) irredutibilidade de salário e remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 25% à do normal;
- (B) licença-paternidade, com base em lei complementar e proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos;
- (C) seguro contra acidente de trabalho e gozo de férias anuais remuneradas com acréscimo, no mínimo, de um terço do salário normal;
- (D) duração do trabalho normal não superior a 40 horas semanais e salário-família;
- (E) repouso semanal remunerado, preferencialmente, aos domingos e proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

**27** - Considere as seguintes autoridades:

- I - Governador de Estado.
- II - Procurador-Geral da República.
- III - Vice-Presidente da República.
- IV - Juízes Federais.

É competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, nas infrações penais comuns as autoridades indicadas, apenas, nas seguintes assertivas:

- (A) II e III;
- (B) I e IV;
- (C) III e IV;
- (D) II e IV;
- (E) II, III e IV.

**28** - Com base na Lei Federal nº 8666/93, é incompatível com a fase de habilitação, em uma Concorrência Pública, a análise da documentação dos licitantes relativa a:

- (A) registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- (B) garantia contratual, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação;
- (C) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
- (D) comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- (E) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando o for o caso.

**29** - Para a aquisição de material habitual de escritório facilmente disponível no mercado, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a Administração Pública Indireta promoverá licitação do tipo:

- (A) pregão, exclusivamente;
- (B) tomada de preços, concorrência ou pregão;
- (C) convite ou pregão, preferencialmente;
- (D) maior lance;
- (E) menor preço.

**30** - São servidores públicos os integrantes do seguinte binômio:

- (A) empregados públicos/permissionários de serviços públicos;
- (B) servidores temporários/agentes honoríficos;
- (C) servidores estatutários/servidores temporários;
- (D) servidores de empresas públicas/agentes políticos;
- (E) militares/vereadores.

**31** - Dentre os motivos para rescisão de um contrato administrativo, de acordo com a Lei Federal nº 8666/93, **NÃO** se inclui:

- (A) o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- (B) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- (C) o descumprimento da regra protetiva do menor trabalhador, constante do art. 7º, XXXIII da C.F./88;
- (D) as supressões que se fizerem nas compras na ordem de 20% (vinte por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- (E) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução de uma obra.

**32** - Nos contratos de transporte cumulativo, se houver substituição de algum dos transportadores no decorrer do percurso, ao substituto será estendida a responsabilidade:

- (A) executiva;
- (B) solidária;
- (C) subsidiária;
- (D) cumulativa;
- (E) sucessiva.

**33** - A exigência de declaração do valor da bagagem pelo transportador a fim de fixar o limite da indenização em caso de danos é considerada:

- (A) lícita;
- (B) compromissória;
- (C) cláusula de não indenizar;
- (D) cláusula obrigatória;
- (E) cominatória.

**34** - Segundo regras estabelecidas na Lei de Introdução ao Código Civil, a entrada em vigor de lei nova, estabelecendo disposições gerais ou especiais a par das já existentes:

- (A) revoga a lei anterior;
- (B) modifica a lei anterior;
- (C) faz correções no texto da lei em vigor;
- (D) revoga ou modifica a lei anterior;
- (E) não revoga, nem modifica a lei anterior.

**35** - Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao:

- (A) credor, se outra coisa não se estipulou;
- (B) devedor, se outra coisa não se estipulou;
- (C) credor, sendo vedada a estipulação em contrário;
- (D) devedor, sendo vedada a estipulação em contrário;
- (E) mediador nomeado, se outra coisa não se estipulou.

**36** - Analise as seguintes assertivas sobre processo em mandado de segurança.

- I - O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.
- II - Cada litisconsorte, no processo em mandado de segurança, tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- III - A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.
- IV - O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado após o prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

Pode-se afirmar que:

- (A) apenas as assertivas I e II estão corretas;
- (B) apenas as assertivas I e III estão corretas;
- (C) apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
- (D) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- (E) todas as assertivas estão corretas.

**37** - A conexão, em processo civil, é forma de:

- (A) prorrogação legal de competência relativa;
- (B) prorrogação legal de competência absoluta;
- (C) prorrogação voluntária de competência relativa;
- (D) prevenção legal de competência relativa;
- (E) prevenção legal de competência absoluta.

**38** - Nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, o prazo para que o autor da ação cumpra a determinação do juiz para que emende, ou complete, a petição inicial, no procedimento sumário, será de:

- (A) 24 (vinte e quatro) horas;
- (B) 48 (quarenta e oito) horas;
- (C) 5 (cinco) dias;
- (D) 10 (dez) dias;
- (E) 15 (quinze) dias.

**39** - Na hipótese de o réu não contestar uma ação civil em que o litígio verse sobre direitos indisponíveis, o juiz:

- (A) reputará verdadeiros os fatos afirmados pelo autor;
- (B) designará representante do réu com poderes para transigir;
- (C) determinará a intimação do réu cientificando-o de que poderá intervir no processo em qualquer fase;
- (D) mandará que o autor especifique as provas que pretenda produzir na audiência;
- (E) promoverá nova citação do réu para, na audiência de instrução e julgamento, oferecer contestação, oral ou escrita.

**40** - É crime contra a administração da justiça, previsto no Código Penal:

- (A) favorecimento real;
- (B) resistência;
- (C) desacato;
- (D) concussão;
- (E) corrupção passiva.

**41** - Analise as proposições abaixo, no que diz respeito à Lei nº 4.898/65, que trata dos crimes de abuso de autoridade:

- I - Considera-se autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- II - As sanções penais de multa e detenção podem ser aplicadas de forma autônomas.
- III - O processo administrativo poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão penal ou civil.
- IV - As sanções penais são multa, reclusão ou perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até 4 anos.

Pode-se afirmar que:

- (A) apenas as assertivas I e II estão corretas;
- (B) apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- (C) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas;
- (D) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;
- (E) todas as assertivas estão corretas.

**42** - A personalidade jurídica da sociedade empresária começa:

- (A) com a inscrição de seu ato constitutivo na Junta Comercial;
- (B) com a inscrição de seu ato constitutivo no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- (C) no momento em que inicia as suas atividades, através de seus representantes, de atos empresariais;
- (D) na data da assinatura, pelos sócios, do ato constitutivo da sociedade;
- (E) na data que estiver estipulada no contrato social da sociedade.

**43** - A sociedade que, independente de seu objeto, será sempre considerada como sociedade simples é a sociedade:

- (A) em conta de participação;
- (B) limitada;
- (C) cooperativa;
- (D) em nome coletivo;
- (E) em comum.

**44** - No que tange aos títulos de crédito é correto afirmar que:

- (A) os juros, em relação à duplicata mercantil, incidem a partir do protesto do título;
- (B) na letra de câmbio o aceite é obrigatório na hipótese de o sacado ser devedor do sacador ou tomador;
- (C) a oposição é uma forma de sustação do cheque efetivada exclusivamente pelo emitente;
- (D) a nota promissória não admite a modalidade “a certo termo da vista”, por falta de previsão legal;
- (E) a execução da letra de câmbio deve ser ajuizada contra o devedor principal e seu avalista em 5 anos, a contar do vencimento.

**45** - Suspende e extingue, respectivamente, o crédito tributário:

- (A) tutela antecipada e parcelamento;
- (B) consignação em pagamento e remissão;
- (C) depósito do montante integral e moratória;
- (D) decisão administrativa irreformável e dação em pagamento;
- (E) depósito do montante integral e decisão judicial passada em julgado.

**46** - A vedação aos entes federativos da instituição de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão representa uma:

- (A) isenção tributária objetiva;
- (B) isenção tributária subjetiva;
- (C) isenção tributária material;
- (D) imunidade tributária objetiva;
- (E) imunidade tributária subjetiva.

**47** - Na ausência de disposição expressa, não se considera um método de integração no Direito Tributário a utilização de:

- (A) analogia;
- (B) equidade;
- (C) princípios gerais de Direito Público;
- (D) princípios gerais de Direito Tributário;
- (E) interpretação sistemática do Código Tributário Nacional.

**48** - Nos termos da Lei n.º 11.770/08, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, o período máximo que as empregadas das empresas que aderirem ao programa poderão ficar licenciadas, será de:

- (A) 52 (cinquenta e duas) semanas;
- (B) 180 (cento e oitenta) dias;
- (C) 120 (cento e vinte) dias;
- (D) 30 (trinta) dias;
- (E) 9 (nove) meses.

#### CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**49** - Os órgãos públicos classificam-se de acordo com a situação estrutural em:

- (A) executivos e normativos;
- (B) diretivos e subordinados;
- (C) diretos e indiretos;
- (D) singulares e coletivos;
- (E) instrutivos e deliberativos.

**50** - A classificação dos atos administrativos obedece a variados critérios. Segundo o critério da liberdade de ação, os atos podem ser:

- (A) gerais e individuais;
- (B) de império e de gestão;
- (C) vinculados e discricionários;
- (D) constitutivos e declaratórios;
- (E) revogáveis e irrevogáveis.

**51** - O contrato administrativo pelo qual a administração pública transfere à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas a execução de certa atividade de interesse público remunerada através do sistema de tarifas pagas pelos usuários é:

- (A) permissão de uso de bens públicos especiais;
- (B) cessão de uso de serviços públicos comum;
- (C) concessão de serviço público especial;
- (D) cessão de uso de bens públicos comuns;
- (E) concessão de serviço público comum.

**52** - A Lei Federal 8666/93 estabelece que as compras, sempre que possível, deverão:

- (A) ser processadas através de sistema de registro de preços, que deverá ser realizado por meio de licitação na modalidade de tomada de preços, do tipo menor preço;
- (B) atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;
- (C) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando alcançar o menor preço, mesmo com prejuízo da quantidade do material;
- (D) balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, e caso tenham sido processadas pelo sistema de registro de preços o prazo de validade será por dois anos;
- (E) submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, ficando a administração obrigada a firmar contratos com as empresas vencedoras do registro de preços.

**53** - Compreende caso de inexigibilidade de licitação, de acordo com a Lei 8666/93:

- (A) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- (B) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;
- (C) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades preceps da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado;
- (D) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- (E) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

**54** - A respeito dos contratos administrativos, a Lei Federal 8666/93 estabelece que:

- (A) a duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos créditos orçamentários, ressalvadas as exceções previstas na lei;
- (B) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, em qualquer situação;
- (C) o critério da autoridade competente, em cada caso, mesmo sem previsão no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras;
- (D) o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, e facultado nas dispensas e inexigibilidades de licitação independentemente do seu valor;
- (E) os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução.

**55** - São deveres fundamentais do servidor público, de acordo com o Decreto n.º 1.171/94, EXCETO:

- (A) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem individual;
- (B) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
- (C) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;
- (D) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstando-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
- (E) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

**56** - Considere os seguintes padrões e tecnologias de conectividade de periféricos:

- I - IDE
- II - SATA
- III - SCSI

Das opções listadas, a(s) que permite(m) a conexão de discos rígidos é(são):

- (A) apenas I;
- (B) apenas II;
- (C) apenas III;
- (D) apenas II e III;
- (E) I, II e III.

**57** - No sistema operacional Windows XP, ao se “arrastar” um arquivo com o botão esquerdo do mouse de uma pasta para outra pasta que esteja vazia, no mesmo volume de disco, ocorrerá o seguinte resultado:

- (A) o arquivo passará a ser não visível (*hidden*);
- (B) o arquivo será movido para a pasta destino;
- (C) o arquivo será copiado para a pasta destino;
- (D) o arquivo será removido sem ser colocado na Lixeira (Recycle Bin);
- (E) o nome da pasta destino será modificado para o nome da pasta origem.

**58** - Ao se instalar de forma completa o pacote Microsoft Office 2003 em um microcomputador que esteja executando o sistema operacional Windows XP, uma das extensões de arquivos que ficará associada ao programa Excel será:

- (A) .doc;
- (B) .pps;
- (C) .exc;
- (D) .xls;
- (E) .off.

**59** - O ícone , que faz parte do Word 2003, ao ser aplicado sobre um trecho selecionado de texto executa a seguinte função:

- (A) alinha o texto à esquerda;
- (B) numera as linhas ímpares;
- (C) numera as linhas pares;
- (D) remove espaços em branco repetidos;
- (E) ordena as palavras em ordem alfabética.

**60** - O “Histórico” do navegador (*browser*) Windows Internet Explorer armazena as seguintes informações:

- (A) atualizações recentes baixadas via Windows Update;
- (B) lista de sites (páginas) visitadas recentemente;
- (C) usuários que fizeram executaram o Internet Explorer recentemente;
- (D) versões do Internet Explorer que estão disponíveis neste computador;
- (E) registro de consumo de memória e CPU do Internet Explorer.



*Concursos*

## **BIORIO *CONCURSOS***

Av. Carlos Chagas Filho, 791 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão – RJ

**Central de Atendimento:** (21) 3525-2480

**Internet:** <http://concursos.biorio.org.br>

**E-mail:** [trensurb2009@biorio.org.br](mailto:trensurb2009@biorio.org.br)